

Considerando a África em Marx: Notas sobre o engajamento fragmentado de Marx com o continente africano

Viewing Africa with Marx: Remarks on Marx's Fragmented Engagement with the African Continent

Stefan Kalmring¹

¹Fundação Rosa Luxemburgo, Berlim, Alemanha. E-mail: kalmring@rosalux.de.

Andreas Nowak²

²Universidade Livre de Berlim, Berlim, Alemanha. E-mail: andnow@zedat.fu-berlin.de.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0208-0417>.

Versão original:

Stefan Kalmring and Andreas Nowak (2017). Viewing Africa with Marx: Remarks on Marx's Fragmented Engagement with the African Continent. *Science & Society*: Vol. 81, No. 3, pp. 331-347.

Tradução

Rhaysa Ruas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: rhaysaruas@gmail.com.

Revisão

Natália Sales, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: nataliasoliveira32@gmail.com



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Resumo

Os enunciados de Marx sobre a África não são mais do que pontos e respingos por entre a totalidade da sua *oeuvre* (obra). A reconstituição delas revela mudanças na visão de Marx sobre as sociedades não-Europeias. O jovem Marx enaltece a força modernizante do capital, enquanto em seus cadernos etnológicos sobre a Argélia há perspectivas críticas acerca da política colonial. Os comentários fragmentados de Marx sobre a África somente podem ser compreendidos no contexto do colonialismo e da integração das sociedades não-Europeias na rede das relações de produção burguesas, da expansão mundial do capital e das dinâmicas das sociedades não-capitalistas.

Abstract

Marx's utterings on Africa are but dots and sprinkles across his entire *oeuvre*. Retracing them reveals changes in Marx's view on non-European societies. The early Marx praises the modernizing force of capital, while in his ethnological notebooks on Algeria there are critical perspectives on colonial policy. Marx's fragmented comments on Africa can only be understood in the context of colonialism and the integration of non-European societies into the web of bourgeois relations of production, world-wide capital expansion and the dynamics of non-capitalist societies.

Outubro de 1881: Marx adoece com pleurite, pneumonia e bronquite. Afasta-se para tratamento em uma estadia em Argel, onde o clima nos meses de inverno e primavera é considerado o mais benéfico para a saúde respiratória (Engels, 1883; Vesper, 1995; Krysmanski, 2014). 20 de fevereiro de 1882: Marx chega à Argel e assim, pela primeira vez, coloca os pés no continente africano.

A estadia de Marx em Argel não muda o fato de que o seu engajamento – e também de Engels – com a África tem um lugar não-prioritário em relação a seus trabalhos sobre outras regiões do mundo. Segundo Amin (1976, 159), no conjunto dos escritos de Marx há apenas cerca de 400 páginas que tratam de sociedades fora da Europa¹. A maioria destes escritos são trabalhos jornalísticos sobre a Índia, China e o Império Otomano, e para piorar as coisas, eles estão largamente voltados para as políticas domésticas britânicas. Vesper (1995, 125) conta mais de 300 trabalhos de Marx e Engels nos quais o continente africano é mencionado. Mas, na maioria dos casos, esses são somente pontos e respingos, certamente não discussões elaboradas. O conhecimento de África por parte de ambos os autores é “praticamente não existente” (Hobsbawn, 1964, 26).

Objetivo e benefício

O que podemos ganhar a partir do exame dos comentários quase não-existent de Marx sobre o continente africano? Desde o assim chamado “Ano da África” (1960) na Alemanha, especialmente na RDA, o tema “Marx e África” não é mais puramente acadêmico: no contexto de progressiva descolonização, a questão política-estratégica se tornou um problema de como tratar os países africanos formalmente independentes e os movimentos de libertação nacional do continente (Oberlack, 1994, 5; para a década de 1980, cf. Jegzentis e Wirth, 1991). Devido à tendência prevalecente de se achar posições políticas em citações dos clássicos, iniciou-se um debate virulento sobre como interpretar os respectivos textos de Marx, Lênin e outros. Mas, devido às descobertas bastante esparsas nos clássicos sobre a África, cientistas sociais e historiadores na RDA tiveram a oportunidade de se engajar em um debate bastante independente sobre a

¹ Sobre os escritos de Marx acerca do colonialismo europeu, as políticas de livre comércio e sociedades não-ocidentais, cf. o livro *Marx at the Margins* (2010), de Kevin B. Anderson.

história e o futuro do continente africano. Essa literatura sobre a África inspirada em Marx em Marx, assim como a correspondente literatura de acadêmicos orientados pelo Marxismo no Sul e no Ocidente, se concentraram em três pontos (cf. Meisenhelder, 1995, 198): primeiro, nas características dialéticas da penetração capitalista das colônias; segundo, na localização das sociedades africanas no interior de uma teoria materialista da história; e, terceiro, na questão das possibilidades de desenvolvimento, se essas sociedades eram estáticas ou dinâmicas.

Nós não vamos reconstruir esse debate inteiro sobre a África. Nós pretendemos apenas apreender os comentários fragmentados sobre a África feitos pelo próprio Marx e contextualizá-los na ampla estrutura de suas elaborações sobre as questões do colonialismo, expansão global do capital e a incorporação das sociedades não-europeias na teia das relações de produção burguesas.

Para não se tornar vítima de simplificações superficiais, algumas observações sobre como lidar com os comentários fragmentados de Marx são necessárias. Como avalia-los não depende apenas de sua posição cronológica posicionada no trabalho de Marx, como demonstraremos a seguir (cf. Menzel, 2000; Kalmring e Nowak, 2004; 2011; Anderson, 2010). É também importante lembrar que os vários trabalhos de Marx se diferenciam em “significado analítico”: um texto programático e ao mesmo tempo propagandístico como o *Manifesto Comunista* requer uma leitura e interpretação diferente de um texto jornalístico sobre o impacto e as consequências do colonialismo na Índia ou na China, e estes são, por sua vez, diferentes das análises teóricas de modos de produção pré-capitalistas nos *Grundrisse*. Nós devemos também lembrar o óbvio: que a África não é um território unitário em termos de história, economia e política. Portanto, citações isoladas de Marx que se referem a períodos ou regiões específicas da África, não devem ser generalizadas inapropriadamente; afinal, o próprio Marx, como demonstraremos à frente, aponta diferenças entre as regiões africanas.

“O Ocidente e o Resto” e as Três Teorias do Desenvolvimento de Karl Marx.

No centro da obra de Marx e Engels estão Grã-Bretanha, França e Alemanha enquanto países chave para uma potencial transformação revolucionária (Schröder, 1968,70). Em termos gerais, desenvolvimentos na periferia europeia e extra-europeia são avaliados

em relação ao seu significado para a transformação socialista nos países do centro capitalista. Esse foco é tão pronunciado nos textos “de juventude” de Marx e Engels que se pode acusá-los de um certo eurocentrismo (Schröder, 1968,70; Larrain, 1991, 236).

Se vemos Marx e Engels como adeptos de Hegel, então sua ignorância em relação à África é explicada pelo preconceito hegeliano em relação a este continente e seu povo². Segundo Böhme (2001), Hegel considerava a África como o fim da linha para o/beco sem saída do espírito humano. Sintomaticamente, Hegel escreve em uma de suas *Lições sobre a Filosofia da História*: “Neste ponto deixamos a África, não a mencionaremos de novo. Pois ela não é parte histórica do mundo; não há nenhum movimento ou desenvolvimento a exhibir” (Hegel, 1857,103). Mas é improvável que um preconceito trazido de Hegel fosse a única razão para o conhecimento bastante limitado de Marx sobre a África, se nós considerarmos seu trabalho jornalístico sobre a Índia e a China. Afinal, Hegel percebeu também um bloqueio desenvolvimentista nos “despotismos” Asiáticos. De um lado, parece justo supor que dependendo da respectiva situação da política mundial, os interesses políticos e jornalísticos de Marx sobre as diferentes regiões do mundo mudava. Por outro lado, devemos ter em mente que Marx provavelmente tinha em Londres um acesso mais fácil a informações sobre a Índia e a China do que sobre outras regiões do mundo – para não mencionar que a Índia era considerada a joia da coroa do Império Britânico. Portanto, o silêncio de Marx sobre a África deve ter sido largamente condicionado pelos esforços relativamente maiores para a coleta de informações confiáveis e detalhadas sobre as estruturas socioeconômicas das sociedades africanas pré-coloniais e das consequências do colonialismo na África. Outro fator é que a antropologia empírica somente começou a se desenvolver durante os anos finais da vida de Marx (1972).

Pelo menos até a década de 1860, a percepção de Engels sobre diversas nações periféricas – Tchecos, Eslavos do Sul, as nações balcãs, e os franco-canadenses – é determinada pela concepção hegeliana dos considerados “povos sem história” (Rosdolsky, 1986). Segundo Engels, esses povos são “desprovidos de todo poder histórico de ação” (Engels. 1849b, 236). Neste sentido, ele vê a expansão territorial de países progressistas no interior de regiões de fraco desenvolvimento capitalista de uma forma positiva. Por exemplo, Engels considera a conquista francesa da Argélia “um fato

² De modo similar no caso da América Latina; cf. Larrain (1991, 235-236).

importante e afortunado para o progresso da civilização” (Engels, 1848, 471). Da mesma forma ele proclama inicialmente a anexação da Califórnia pelos Estados Unidos da América (EUA) um desenvolvimento contínuo/gradual (progressive), pelo o qual ele supõe os “ativos ianques” muito mais capazes do que os “preguiçosos mexicanos” para desenvolver rápida e efetivamente a região (Engels, 1849a, 365).

Em seus escritos de juventude, Marx compreende a expansão da economia capitalista através do livre comércio e do colonialismo como positiva, na medida em que as regiões até então não-capitalistas são forçadas ao caminho da industrialização, o qual, por sua vez, prepara para o socialismo (Avineri, 1969). Enquanto ele critica o “barbarismo” (Marx, 1853b, 218) do sistema colonial em seus trabalhos jornalísticos sobre a Índia e a China, ele ao mesmo tempo aprecia o estabelecimento forçado das condições capitalistas no espaço extra-europeu. “A questão é, pode a humanidade cumprir seu destino sem uma revolução fundamental no estado social da Ásia?” (Marx, 1853a, 132). Esse argumento da “teoria da modernização” pode por vezes ser encontrado até mesmo em seus escritos tardios, por exemplo quando, enquanto fala aos leitores alemães, ele afirma em *O Capital*: “O país que é mais desenvolvido industrialmente somente mostra ao menos desenvolvido a imagem do seu próprio futuro” (Marx, 1867, 9).

Entretanto, em algum momento durante meados da década de 1860, a visão de Marx sobre a periferia mudou. Ele agora vê as possibilidades de desenvolvimento dos países incorporados no contexto do mundo capitalista de forma muito mais cética. Em particular, seus estudos sobre as chamadas questões irlandesa e polonesa, mas também suas análises tardias do colonialismo na Índia (por exemplo em *O Capital*) parecem levar Marx ao reconhecimento de que a destruição da antiga ordem pelo colonialismo e livre comércio, não lança, necessariamente, as bases materiais de uma nova ordem (Mohri, 1979, 39). Porque Marx agora identifica causas mais externas do que internas de um bloqueio do desenvolvimento capitalista-industrial nesses países – como forçar as colônias ao interior de uma divisão do trabalho internacional desvantajosa (Marx, 1867, 450), desigual em termos de comércio (*ibid.*, 542-543; 1894, 235-236) e de transferência de riqueza a partir da periferia durante a transição do feudalismo para o capitalismo

(Marx, 1867, 738) – é plausível ler uma espécie de “jovem Marx teórico da dependência” (Menzel, 2000,10, tradução dos autores) nesses textos³.

Outra mudança na visão de Marx é visível em suas cartas-rascunhos para Vera Zasulich na década de 1880 (Marx, 2001), em uma carta que nunca foi de fato postada em reação a um artigo escrito por N. K. Michailovsky no periódico *Otechestvenniye Zapisky* (Marx, 1877), e em seus resumos etnológicos (Marx, 1972; 1877). Contrariamente à avaliação de Larrain e Schroder, deve-se notar que o Marx tardio supera sua perspectiva eurocêntrica anterior, a qual ele indiscutivelmente manteve por um longo período. Em primeiro lugar, Marx enfatiza que categorias e hipóteses derivadas da Europa Ocidental não devem ser simplesmente transferidas para outras realidades sociais: “Assim, eventos notavelmente análogos, mas ocorrendo em diferentes ambientes históricos, levaram a resultados totalmente diferentes. Ao estudar cada uma dessas formas de evolução separadamente e depois compará-las, pode-se encontrar facilmente a pista para esse fenômeno, mas nunca chegará lá pelo passaporte universal de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórico” (Marx, 1877, 201). De acordo com Dieter Boris (1997, 572, tradução dos autores), a declaração citada está “associada à instrução metodológica para considerar, modificar e expandir certas categorias em sua aplicação a outras realidades sociais”.

Em segundo lugar, Marx afirma – em acentuada distinção de suas posições anteriores – que um país periférico como a Rússia – embora sob a pré-condição de uma revolução socialista no Ocidente – poderia diretamente, i. e., fazer a transição para o socialismo evitando um estágio capitalista de desenvolvimento caso a comunidade aldeã especificamente russa (*Mir*) fosse o ponto de partida da transformação socialista (Engels e Marx, 1882; Marx, 2001). Marx ressalta, assim, a possibilidade de um caminho de desenvolvimento independente para um país periférico e, portanto, diferente de suas posições anteriores, não enfoca mais sua análise na contribuição do desenvolvimento nas áreas periféricas às revoluções no Ocidente. A revolução no Ocidente se torna uma pré-condição em si mesma no interior de uma avaliação independente dos potenciais específicos de desenvolvimento da sociedade russa (cf. Kalmring e Nowak, 2004; 2011).

³ Engels também revisita algumas de suas observações anteriores e, por exemplo, aparece como um dos primeiros críticos da política da Argélia francesa em 1857 (Engels, 1857).

Modos de Produção Africanos, Colonialismo e Violência

A avaliação em última instância positiva do colonialismo na “teoria da modernização” de Marx em seus primeiros trabalhos jornalísticos sobre a Índia e a China está intimamente ligada à sua visão crítica da estrutura socioeconômica nas sociedades asiáticas. Em sua opinião, a estrutura estagnante das sociedades asiáticas só poderia ser forçada à abertura externamente, devido ao particular entrelaçamento das forças produtivas com as relações de produção. O desenvolvimento capitalista só pode ser induzido nesses países a partir de fora:

O veredicto de Marx e Engels sobre as sociedades asiáticas e o despotismo oriental é bem conhecido: uma estrutura formada por comunidades isoladas e dispersas, governada por um império despótico centralizador e por uma burocracia “glorificada”, cujo poder está ancorado em seu monopólio do sagrado. Tal estrutura não foi capaz de desenvolver suas forças produtivas de forma autônoma e incorporar uma vontade histórica de mudança. A característica dessa estrutura era simplesmente reproduzir-se: sua frieza, sua hierarquia, sua escravização. A chave para as sociedades asiáticas eram as comunidades e a ignorância da propriedade privada, ambas originadas do isolamento, da natureza primordial dos meios de produção, da estrutura patriarcal e da crença mágico-religiosa. (Franco, 1982, 67, traduzido pelos autores.)

No debate mais recente sobre o modo asiático de produção, a questão do potencial eurocentrismo do conceito foi levantada (Said, 2004),⁴ mas também a questão de se o conceito de modo asiático de produção não deveria ser usado apenas, como o caso de Marx (ou mais tarde, Wittfogel, 1981), a fim de descrever exclusivamente a estrutura socioeconômica das sociedades "asiáticas", mas também se poderia ser aplicável às sociedades do continente africano. No debate mais recente sobre o modo de produção asiático, a questão do potencial eurocentrismo do conceito foi levantada (Said, 2004), mas também a questão de se o conceito de modo asiático de produção não deveria ser usado apenas, como o caso de Marx (ou mais tarde, Wittfogel, 1981), a fim de descrever exclusivamente a estrutura socioeconômica das sociedades "asiáticas", mas também se poderia ser aplicável às sociedades do continente africano. A semelhança estrutural das sociedades asiáticas e africanas supostamente permite não apenas a extensão do conceito às sociedades não-capitalistas na África, mas, segundo

⁴ Cf. Huang, 1987, 197; Kahlinring e Nowak, 2004; 2011; Lindner, 2010.

alguns autores, a questão deve ser levantada sobre se os remanescentes da antiga formação social africana podem ser responsáveis pelo fracasso dos processos amplos de modernização que se iniciaram após o fim do domínio colonial. Por exemplo, Suret-Canale acredita que se pode distinguir paralelos surpreendentes entre as sociedades asiáticas e algumas sociedades africanas não-capitalistas: as chefias africanas supostamente eram organizadas de maneira igualmente despótica, a propriedade comum da terra predominante nessas comunidades e a apropriação do produto excedente se materializando sob a forma de tributo ou tributação das comunidades, respectivamente:

A existência de um tipo de sociedade torna-se evidente na África negra, cuja estrutura básica é a comunidade camponesa, que conservou inúmeras características da comunidade primordial, particularmente a inexistência de propriedade privada da terra. As relações de escravidão se sobrepuseram a essa estrutura, ao existirem no interior da família patriarcal, e as relações de domínio protetorado, que existiam entre a aristocracia governante e os e seus afluentes, e até as relações de servidão. As relações de servidão são geralmente limitadas dentro da comunidade da aldeia e têm apenas uma semelhança superficial com as relações feudais. O modo de produção predominante das regiões mais desenvolvidas da África negra pré-colonial pode ser o que melhor equivale ao que Marx denominou de “modo de produção asiático” e percebido como o mais revelador no caso da Índia antes da conquista inglesa. (Suret-Canale, 1966, 107-108, traduzido pelos autores.)

Maurice Godelier também acredita que as economias africanas pré-capitalistas podem ser capturadas com o conceito do modo de produção asiático, mas considera necessário ampliá-lo. Assim, ele distingue os modos de produção asiáticos com e sem grandes projetos, e insiste que as sociedades africanas não devem ser vistas como ausentes de qualquer dinâmica de desenvolvimento, ou invariavelmente assumindo a forma de despotismo político (Godelier, 1978).

Em contraste, Terray e Coquery-Vidrovitch afirmam que a noção de um modo de produção asiático na África é inadequada. Em vez disso, o conceito de um “modo de produção de linhagem” (Terray, 1972) ou um “modo de produção africano” (Coquery-Vidrovitch, 1975) deve ser desenvolvido, pois as características do modo de produção asiático não podem ser transferidas para Sociedades africanas: “...é claro que o Modo de Produção Asiático, nessa forma extrema, não pode ser encontrado na África Negra. Mesmo se pudermos encontrar semelhanças com certos despotismos africanos, haverá

uma falta de seu elemento dinâmico – a escravidão generalizada” (Coquery-Vidrovitch, 1975, 39).

Além disso, as sociedades africanas não são caracterizadas por populações rurais sendo compelidas a realizar obras públicas massivas, mas sim por comunidades aldeãs autárquicas e comércio de longa distância em larga escala.

Nenhum dos lados do debate pode reivindicar uma base em Marx, considerando as escassas citações. Em relação ao Egito antigo, Marx parece sugerir a aplicação do conceito de modo de produção asiático (Marx, 1844, 278; 1853a; 1867, 514), enquanto – como Meisenhelder elaborou - uma posição diferente em relação a África ao sul do Saara pode ser detectada nos cadernos etnológicos. Meisenhelder observa que para Marx “o resto da África se encaixa mais prontamente no modelo dinâmico de desenvolvimento social central para o materialismo histórico. Neste modelo, as sociedades africanas são formações sociais pré-capitalistas ‘tribais’, passando por um processo de desenvolvimento social impulsionado por processos internos” (Meisenhelder, 1995, 202).

Com referência em *Ancient Society* de Henry Morgan, Marx caracteriza as sociedades africanas ao sul do Saara como formações históricas entre “selvageria” e “barbárie” (Marx, 1972, 98) e, portanto, refere-se a uma dinâmica interna de desenvolvimento dessas sociedades, não obstante o uso de conceitos problemáticos da teoria da evolução de Morgan. Para Morgan, a selvageria e a barbárie são formas da “sociedade antiga” e sua transição para o estágio de desenvolvimento que ele chama de “civilização” ocorre assim que se torna possível acumular propriedades individuais, por meio das quais os laços comunitários e baseados no parentesco se dissolvem e dão lugar a uma estrutura social antagônica. Com o vocabulário de Morgan, Marx transmite a imagem de que, diferentemente de suas contrapartes “asiáticas”, as sociedades africanas pré-capitalistas detêm um potencial interno de mudança.

A relevância da África para o desenvolvimento do capitalismo

Como Marx vê a integração de sociedades africanas pré-capitalistas no mercado mundial capitalista? A aplicação global do capitalismo é, de acordo com Marx, já “dada diretamente no conceito de capital em si. Cada limite aparece como uma barreira a ser

superada” (Marx, 1857, 335). Para Marx, o impulso ilimitado de acumulação do capital leva a uma dinâmica de expansão até então desconhecida na história, que tende ao estabelecimento de um sistema que abrange o mundo inteiro (Avineri, 1969). Assim como a geração e a expansão do mercado mundial capitalista são examinadas por Marx a partir de vários ângulos, a incorporação e o papel da África no sistema capitalista mundial precisam ser examinados com vistas a vários de seus aspectos.

Inicialmente, Marx menciona o papel da África dentro do processo de acumulação primitiva e o correlato estabelecimento do mercado mundial capitalista. É interessante notar que, nesse contexto, ele destaca a importância do comércio transatlântico de escravos para a formação do capitalismo na Europa ocidental, mas não persegue a fundo o impacto desse violento despovoamento da África:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. (Marx, 1867; BOITEMPO 2011, p.821)

Para os centros capitalistas, a expansão espacial do capital continua a ser crucial, mesmo após a formação do capitalismo na Europa Ocidental. Marx lista vários mecanismos da relação entre periferia e centro que podem ser aplicados à África, embora ele não aborde especificamente o papel da África nas capitais do centro. Ele não apenas menciona sua oportunidade de lucros extras através de trocas desiguais com os países da periferia (Marx, 1867, 542-543; 1894, 235); ele também observa a oportunidade de aumentar sua taxa de lucro economizando elementos de capital constante e variável (Marx, 1894, 235). Além disso, para Marx, a expansão espacial do capital permite uma melhor regulação do exército industrial de reserva, uma vez que o excedente de trabalhadores nos centros capitalistas pode ser reduzido pela “emigração e colonização de terras estrangeiras” (Marx, 1867, 452).

Além disso, Marx examina o impacto da expansão global do capital em determinados países não-europeus. No entanto, ele se concentra menos no continente africano e mais em países como a Índia e a China, e ao fazê-lo analisa o resultado e

consequências da invasão do capitalismo como algo contraditório aos seus olhos⁵. Por um lado, ele enfatiza: “A profunda hipocrisia e a barbárie inerente à civilização burguesa encontram-se diante de nossos olhos, voltando de seu lar, onde assume formas respeitáveis, para as colônias, onde fica nu” (Marx, 1853b, 221). Por outro lado, ele quer examinar a potencial criação das condições subjetivas e objetivas de um modo de produção associado através da expansão mundial do capitalismo. Uma análise mais profunda, embora não tão elaborada, do impacto da expansão colonial na África pode ser encontrada no trabalho de Marx sobre o caso da Argélia.

O caso da Argélia

Nos seus cadernos sobre a obra de Kovalevsky *Communal Landholding: Causes, Courses, and Consequences of its Disintegration* (Marx, 1975), que Marx produziu no final de sua vida, ele observa semelhanças entre a estrutura socioeconômica da Argélia e a antiga sociedade indiana¹, com base na pesquisa de Kovalevsky:

Argélia ainda tem, depois da Índia, o maior número de vestígios da forma arcaica de propriedade da terra. O parentesco e a propriedade familiar indivisa são os tipos dominantes de propriedade da terra. Séculos de domínio árabe, turco e, finalmente, francês, exceto no período mais recente, oficialmente desde a lei de 1873, não conseguiram romper a organização consanguínea e os princípios de indivisibilidade e inalienabilidade da propriedade fundiária. (Marx, 1975, 400.)

Segundo Marx, a linhagem e a propriedade comunal permaneceram predominantes nas tribos berberes chamadas Kabyles no norte do país até o momento da invasão francesa. Eles "vivem até o presente em famílias indivisas, com estrita observância da inalienabilidade da propriedade familiar" (Marx, 1975, 400). Assim, o direito à terra arável é exercido pela família; “O solo [é], portanto, a propriedade da família indivisa” (ibid., 401). A família também fornece os instrumentos de trabalho e todos os seus membros devem dedicar seu trabalho à família (ibid.):

⁵ Com relação ao envolvimento de Marx com a Índia e a China, cf., entre outros, Sofri, 1969; Tokei, 1969

No que diz respeito à *propriedade individual*, [é] assim limitada - referindo-se a *bens móveis* – entre os *homens* apenas para *vestuário*; entre as *mulheres* [é] limitado a roupas... e *ornamentos* que ela recebe como *dote* (rathergift) no dia do casamento. [...] Quanto à *propriedade imóvel*, que um membro [recebeu] *por doação ou herança*, ele serve como sua *propriedade individual*, mas entra na *posse (vladenie)* de toda a família. (Marx, 1975, 402.)

Segundo Marx, a economia familiar doméstica é supervisionada pela mulher mais velha ou mais capaz; às vezes esse papel girava entre diferentes mulheres da família⁶. “Em seu leito de morte, os pais das famílias tinham o costume de ordenar seus filhos a permanecerem indivisíveis, como haviam sido até então. Mas *na prática, separações e divisões* [ocorriam]... Depois de concluída a separação, a *comunidade familiar* vive como antes – indivisível” (*ibid.*, 402-03). Sob essa ótica, Marx conclui: “Assim, se a *propriedade privada* também é *conhecida entre os Kabyles*, é apenas como exceção. Ela aparece em todos os lugares como o *produto de um processo gradual de dissolução do clã, da comunidade e da propriedade da família*” (*ibid.*).

A lenta desintegração progressiva da propriedade comunal acelerou, segundo Marx, no final do século XVI, devido à conquista otomana do país. Uma parcela significativa das terras não utilizadas, anteriormente de propriedade familiar foi convertida em propriedade dominial e, na maioria das vezes, deixada para arrendamento. Igualmente, o assentamento de soldados para quem os lotes de terra tinham sido distribuídos e a expropriação de famílias insurgentes, alimentou a dissolução da propriedade familiar, até porque a maior parte das terras confiscadas foi vendida no mercado público. Além disso, Marx menciona que o governo otomano promoveu a concentração de propriedades fundiárias nas mãos de instituições religiosas e de caridade. Apesar desses processos, Marx conclui que, em geral, a “organização consangüínea” e sua indivisibilidade e inalienabilidade inter-relacionadas da propriedade da terra permaneceram intactas (Marx, 1975, 400). Apenas o domínio colonial francês modificou isso:

A formação da propriedade privada da terra (aos olhos dos burgueses franceses) é uma condição necessária de todo progresso na esfera política e social. A *manutenção prolongada da propriedade comunal*,

⁶ “A economia doméstica da família indivisa [está] inteiramente nas mãos da mulher que é mais velha de nascença (veja os croatas), ou aquela que é mais capaz de comandar, cada vez escolhida por todos os membros da família” (Marx, 1975, p. 401-402).

“como uma forma que apóia as tendências comunistas nas mentes” (Debates da Assembléia Nacional, 1873) [é] perigosa tanto para a colônia como para a pátria; a distribuição das propriedades dos clãs é encorajada, mesmo prescrita, primeiro como um meio de enfraquecer tribos subjugadas que estão sempre sob o impulso da revolta, segundo, como o único caminho para uma nova transferência da propriedade da terra das mãos dos nativos para as dos colonos. (Marx, 1975, 405)

Em seus cadernos de notas sobre Kovalevsky, Marx descreve toda uma série de decretos, leis e atividades da administração colonial francesa, os quais todos perseguiram um único objetivo: “o estabelecimento da propriedade privada da terra entre os árabes” (Marx, 1975, 406), um movimento que finalmente atingiu o auge na legislação de 1873, completando com isso o processo. Curiosamente, o processo de desintegração da propriedade da linhagem na Argélia aparece como um resultado intencional e deliberado nos cadernos de Marx sobre Kovalevsky.

Essa análise do domínio colonial francês, notamos, difere de várias maneiras da pesquisa anterior de Marx sobre a desintegração do modo de produção asiático na Índia e na China na década de 1850. Enquanto em suas cartas sobre a Índia, Marx prevê que a base do sistema da aldeia oriental, a unidade da manufatura e da agricultura, será dissolvida principalmente através da importação de fios industriais baratos da Inglaterra – e assim através do mecanismo econômico de maior eficiência da produção burguesa (Marx 1853a) – ele sustenta a necessidade de intervenções extra-econômicas em um artigo posterior sobre a China (cf. Kalmring e Nowak, 2004):

É essa mesma combinação de manejo com a indústria manufatureira, que, durante muito tempo, resistiu e ainda controla a exportação de mercadorias britânicas para a Índia Oriental; mas nesse caso essa combinação foi baseada em uma constituição peculiar da propriedade fundiária que os britânicos, em sua posição de supremo proprietários do país, tinham poder de enfraquecer e, assim, converter à força parte das comunidades autônomas hindus em meras fazendas, produzindo ópio, algodão, índigo, cânhamo e outras matérias-primas, em troca, para bens britânicas. Na China, os ingleses ainda não manejaram esse poder, e provavelmente nunca o farão. (Marx, 1859, 539)

Por um lado, essa citação demonstra que Marx, provavelmente inconscientemente, reconhece a alta eficiência econômica de estruturas de produção baseadas na unidade de manufatura e agricultura. Por outro lado, como em seus

Cadernos Etnológicos sobre a Argélia, ele sustenta a relevância dos meios extra-econômicos para a desintegração forçada das relações convencionais de produção. É desagradável que numa citação sobre o colonialismo na China, Marx sugira que ele considera vantajosas as formas de domínio colonial direto, se por intervenções extraeconômicas elas promoverem a implementação das relações burguesas mais efetivamente do que o impacto que as leis econômicas teriam por si só. Conforme destacamos acima, no curso do desenvolvimento intelectual de Marx, sua visão da periferia e, também, do colonialismo, muda. Seu julgamento sobre a mesma desintegração da propriedade da terra comunal que ele aprovou em suas cartas na Índia e na China é bem diferente em um rascunho para Vera Zasulich: “Quanto às Índias Orientais, por exemplo, todos, exceto Sir Henry Maine e outros de sua laia percebem que a supressão da propriedade comunal da terra não era nada além de um ato de vandalismo inglês, empurrando o povo nativo não para frente, mas para trás” (Marx, 2001, 74).

Embora Marx enfatize a pertinência de meios extra-econômicos para a desintegração das relações de propriedade originais em seus cadernos sobre Kovalevsky (similarmente às cartas sobre a China), sua avaliação dos eventos na Argélia é marcadamente diferente. Os cadernos de notas colocam Marx muito além de uma distância crítica dos acontecimentos da administração colonial francesa, como exemplificado por comentários irônicos e inserções polêmicas. Por exemplo, o governo francês é apelidado de “desavergonhado” (Marx, 1975, 102); a Assembléia Nacional chamou de “assembléia da vergonha” (Marx, em Krader, 1975, p. 106); e o projeto de legislação de 1873, uma “velhacaria” (Marx, 1975, 106).

Adeus, Argélia

Os enunciados de Marx sobre a África são apenas pequenos trechos com muitas lacunas. Ainda é possível, no entanto, avaliar essas observações fragmentadas localizando-as no contexto maior de suas interessantes deliberações sobre a teoria do desenvolvimento.

Caso se tenha em mente que a posição da teoria do desenvolvimento de Marx muda no curso de sua carreira intelectual, em sua avaliação da Argélia e de sua

estrutura socioeconômica pré-capitalista pode-se também reconhecer uma mudança em sua avaliação da política colonial e seu impacto na desintegração de estruturas pré-capitalistas. Enquanto Marx destaca o papel do mecanismo econômico para a desintegração da antiga ordem asiática em suas cartas sobre a Índia na década de 1850, em seus artigos sobre a China e os cadernos sobre o colonialismo francês na Argélia, o foco de seu argumento se desloca para os meios extraeconômicos para a aplicação das relações capitalistas de produção.

Além disso, a incorporação de sociedades africanas no mercado mundial capitalista é vista com atenção à presença de nuances de diferenças em circunstâncias distintas. Marx destaca o papel do tráfico transatlântico de escravos entre a África, as Américas e a Europa no processo de acumulação primitiva, e sustenta, embora sem mencionar explicitamente a África, a importância da expansão global para os centros capitalistas, por exemplo quando se refere à possibilidade de intercâmbios desiguais com os países da periferia, ou quando analisa o impacto sobre os países não-europeus no caso da Argélia.

Na noite de 2 de maio de 1882, Marx deixa Argel – após dois meses de estadia – a bordo do navio *Peluse*. Pouco menos de um ano após sua chegada a Argel, sofrendo de bronquite e laringite, ele falece em 14 de março de 1883, em Londres.

Referências bibliográficas

Amin, Samir. 1976. *Unequal Development. An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism*. Translated by Brian Pearce. New York: Monthly Review Press.

Anderson, Kevin. 2010. *Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press.

Avineri, Shlomo. 1969. *Karl Marx on Colonialism and Modernization: His Despatches and Other Writings on China, India, Mexico, the Middle East and North Africa*. Garden City, New York: Anchor Books.

Bohme, Hartmut. 2001. “Das Fetischismus-Konzept von Marx und sein Kontext.” Pp. 289-319 in *Marxismus: Versuch einer Bilanz*, edited by Volker Gerhardt. Magdeburg, Germany: Scriptorum-Verlag Magdeburg.

Boris, Dieter. 1997. “Entwicklungslander.” Pp. 567-82 in *Historisch-kritisches Wörterbuch des Marxismus*, 3, edited by Wolfgang Fritz Haug. Hamburg, Germany: Argument.

Coquery-Vidrovitch, Catherine. 1975. "Research on an African Mode of Production." *Critique of Anthropology*, 2:4—5, 38-71. <http://coa.sagepub.com/content/2/4-5/38.short>

Engels, Frederick. 1848. "Extraordinary Revelations: Abd-El-Kader — Guizot's Foreign Policy." *Foreign Star*, January, 1848. Pp. 469-72 in Marx and Engels: 1845-1848. MECW 6. New York: International Publishers.. 1849a. "Democratic Pan-Slavism." *Neue Rheinische Zeitung*, No. 222, February 15, 1849. Pp. 362-78 in Marx and Engels: 1848-1849. MECW 8. New York: International Publishers. 1849b. "The Magyar Struggle." *Neue Rheinische Zeitung*, No. 194, January 13, 1849. Pp. 227-38 in Marx and Engels: 1848-1849. MECW 8. New York: International Publishers. 1857. "Algeria." *New American Cyclopedia*. Pp. 60-70 in Marx and Engels: 1857-1862. MECW. 18. New York: International Publishers. 1883. "On the Death of Karl Marx." *Der Sozialdemokrat*, No. 19, May 3, 1883. Pp. 473-81 in Marx and Engels: 1874-1883. MECW 24. New York: International Publishers.

Engels, Frederick, and Karl Marx. 1882. "Preface to the Second Russian Edition of the Manifesto of the Communist Party." Pp. 425-26 in Marx and Engels: 1874-1883. MECW 24. New York: International Publishers.

Franco, Carlos. 1982. "Entwicklung, Nation und Sozialismus." Pp. 63-86 in *Neue soziale Bexoegungen und Marxismus - Internationale Sozialismus-Diskussion 2*, edited by Wolfgang Fritz Haug, Wieland Elfferding, and Gabriella M. Bonacchi. AS 78. Berlin: Argument Verlag.

Godelier, Maurice. 1978. "The Concept of the 'Asiatic Mode of Production' and Marxist Models of Social Evolution." Pp. 209-54 in *Relations of Production: Marxist Approaches to Economic Anthropology*, edited by Dadd Cleary, translated by Helen Lackner. London/To to wa, Newjersey: Frank Cass.

Haug, Wolfgang Fritz. 1987. *Plunder Marxismus: Beitrdge zur politischen Kultur*. Berlin/Hamburg, Germany: Argument-Verl. *

Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. 1857. *Lectures on the Philosophy of History*. Bohn's Philosophical Library, xxxix. London: Henry G. Bohn. <http://catalog.hathitrust.org/Record/006526493>*

Hobsbawm, Eric John. 1964. *Precapitalist Economic Formations*. London: Lawrence & Wishart.

Jegzentis, Peter, and VolkerWirth. 1991. "Zum Stand der entwicklungstheoretischen Diskussion in der DDR in den SOerJahren — ein Literaturuberblick." *Peripherie*, 11:41, 71-88.

Kalring, Stefan, and Andreas Nowak. 2004. "Die geographische Expansion des Kapitals und das Problem der global-ungleichen Entwicklung bei Marx." In *Peripherie und globalisierter Kapitalismus: Zur Kritik derEntwicklungstheorie*, edited by Olaf Gerlach and Daniel Kumitz. Frankfurt am Main, Germany: Brandes & Apsel.

_____. 2011. "Marx über den Kolonialismus." Z. Zeitschrift Marxistische Erneuerung, 85 (March), 122-33. [http://zeitschrift-marxistische-erneuerung.de/article/47 .marx-ueber-den-kolonialismus.html](http://zeitschrift-marxistische-erneuerung.de/article/47_marx-ueber-den-kolonialismus.html)

_____. 2010. "Marx's Eurocentrism: Postcolonial Studies and Marx lip." Radical Philosophy, 161, 27-41. <http://hal.archives-ouvertes.fr/504102/344>. "Economic and Philosophic Manuscripts of 1844." Pp. 229-346 in Engels: 1843-1844. MECW3. New York: International Publishers, i. "The British Rule in India." New York Daily Tribune, No. 3804, June Pp. 125-33 in Marx and Engels: 1853-1854. MECW 12. New York: International Publishers.

_____. "The Future Results of British Rule in India." New York Daily Tribune, August 8, 1853. Pp. 217-22 in Marx and Engels: 1853-1854. MECW 12.: International Publishers.

Outlines of the Critique of Political Economy (Grundrisse der Kritik der Political Economy). Section Two: "Circulation Process of Capital." Pp. 329-537 in Marx and Engels: 1867-1869. MECW 28. New York: International Publishers.

"Trade with China." New York Daily Tribune, No. 5808, December 3, 1858-59 in Marx and Engels: 1858-60. MECW 16. New York: International Publishers.

Capital: A Critique of Political Economy. In Karl Marx, Capital, Vol. I. New York: International Publishers.

"Letter to Otechestvenniye Zapiski." Pp. 196-201 in Marx and Engels: 1851. MECW 24. New York: International Publishers.

Capital, Vol. III. Ch. XIV, "Counteracting Influences." Pp. 230-39 in Marx, Capital, Vol. III. MECW 37. New York: International Publishers. The Ethnological Notebooks of Karl Marx. (Studies of Morgan, Pliar, Maine, 'dited by Lawrence Krader. Assen, The Netherlands: Van Gorcum. The Asiatic Mode of Production: Sources, Development and Critique in the Karl Marx (Excerpts from M. M. Kovalevski). Edited by Lawrence Krader. : Netherlands: Van Gorcum.

Karl Marx über Formen vorkapitalistischer Produktion: Vergleichende Studien über die Grundeigenlums 1879-80. Edited by Hans-Peter Harstick. Frankfurt/NewYork: Campus-Verlag.

Third Draft of Letter to Vera Zaulich." Pp. 73-80 in Marx on Globalisation 1 by Dave Renton. London: Lawrence & Wishart. Thomas. 1995. "Marx, Engels, and Africa." Science & Society, 59:2, 197-205. 2000. "Karl Marx (1818-1883). Die drei Entwicklungstheorien des Marx" Entwicklung und Zusammenarbeit, 1 (January), 8-11.

1979. "Marx and 'Underdevelopment.'" Monthly Review, 30:11,32-42. us. 1994. Das prakoloniale Afrika und die Kontroverse um die "asiatische weise" in der DDR-Historiographie. Munster: Lit. tan. 1986. Engeh and the "Nonhistoric" Peoples: The National Question ution of 1848. Translated by John-Paul Himka. Glasgow, Scotland: >oks. i yi-r. naiinovei, oermany: venag tur Literatur und Zeitgeschehen.

Sofri, Gianni. 1969. Il modo di produzione asiatico. Storia di una controversia marxista. Torino, Italy: G. Einaudi.

Suret-Canale, Jean. 1966. Schwarzafrika. Geographie, Bevölkerung, Geschichte West- und Zentralafrikas. Afrique noire. Edited by Achim Gottberg, translated by Achim Gottberg. Berlin: Akademie-Verlag.

Terray, Emmanuel. 1972. Marxism and "Primitive" Societies. New York: Monthly Review Press.

Tokei, Ferenc. 1969. Zur Frage der asiatischen Produktionsweise. Neuwied, Berlin: Luchterhand.

Vesper, Marlene. 1995. Marx in Algier. Bonn, Germany: Pahl-Rugenstein.

Wittfogel, Karl August. 1981. Oriental Despotism: A Comparative Study of Total Power. New York: Random House.

Sobre os autores

Stefan Kalmring

Hobrechstr. 58, Berlin, 12047 Germany. E-mail: kalmring@rosalux.de

Andreas Nowak

Gneisenaustr. 2a Berlin, 10961 Germany. E-mail: andnow@zedat.fu-berlin.de

Os autores são os únicos responsáveis pela redação do artigo.